

14 JUL 1995

# Educação Uma proposta de mudança



**As soluções  
vão ocorrer  
com ações  
que integram  
uma política  
nacional**

Se há algum consenso nacional hoje, ele reside no reconhecimento de que a educação está em estado lamentável e precisa ser urgentemente reformulada. Isso não ocorrerá, entretanto, se não sairmos do campo da mera denúncia das mazelas do ensino (que todos já conhecemos) e da prática de culparamos entidades abstratas como "as elites" ou "o governo", exigindo delas que resolvam o problema da educação. O problema não está sendo resolvido

porque a solução é complexa. Implica não só elevar salários, como também alterar carreiras, estabelecer novos paradigmas de articulação entre a União, os Estados e os municípios, fixar novas diretrizes curriculares, rever a política de financiamento, introduzir mudanças significativas na formação de professores, garantir livro didático e material escolar a todas as crianças, entre outras coisas. Não depende de uma ação salvadora por parte do Executivo Federal, mas envolve os Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) da União, dos Estados e dos municípios, além do conjunto da organização do pessoal do ensino e a efetiva participação da sociedade civil.

A Constituição ampliou a autono-

poníveis localmente. No Brasil, Estados e municípios possuem sistemas paralelos, pois a legislação concede autonomia a cada uma dessas esferas do Poder Público. Possuímos hoje 27 diferentes sistemas estaduais e mais de 5 mil sistemas municipais independentes, o que torna o conjunto incoordenável. O poder de articulação da União se restringe ao papel normativo de estabelecer diretrizes curriculares e prestar assistência técnica e financeira com os recursos da cota federal do salário-educação.

Não é possível desmantelar esse sistema. Em muitos Estados, são as universidades federais as únicas instituições capazes de oferecer formação de bom nível, nas áreas básicas, profissio-

nais e tecnológicas e de abrigar núcleos de pesquisa. Do mesmo modo as escolas técnicas representam uma das poucas alternativas qualificadas para formação profissional no 2º grau. Não pode a União ser responsabilizada pela situação existente. Ela já possui pesados encargos em termos da merenda escolar, livro didático, construção e reforma de escolas. Tudo isso a União tem feito, o que possibilitou ampliar a cobertura em termos de vagas a mais de 90% da população escolarizável de 7 a 14 anos. Resta agora o mais difícil, ou seja, enfrentar o problema da qualidade. No caso do ensino fundamental o Executivo vem atuando em diferentes frentes, considerando sempre a relação custo/benefício.

No caso específico do problema salarial, o governo tem consciência da situação e busca soluções. Mas este problema não pode ser resolvido pelo governo federal, uma vez que a oferta de ensino fundamental é atribuição estadual e municipal, nem tem a União poder para interferir na política de Estados e municípios, os quais detêm a maior parte dos recursos destinados à educação. A própria dimensão do problema indica a impossibilidade de uma ação direta da União: são, ao todo, 27 milhões de crianças e bem mais de 1 milhão de professores. Com a mudança de governo, criou-se uma grande esperança de que o Executivo liderasse um processo de mudança global. As expectativas se dirigem no sentido de que as soluções ocorreriam com um

grande Plano Nacional. O plano já existe. É o Plano Decenal de Educação, elaborado no governo anterior com ampla participação da sociedade. Muito mais difícil que formular o plano é executá-lo. É isso que está sendo feito, mas os resultados não são instantâneos.

As soluções vão ocorrer e estão ocorrendo através de múltiplas ações que se integram em função de uma política nacional. Envolve ações simultâneas na alteração da legislação (processo sempre moroso e difícil), na definição de responsabilidades, na reorientação dos recursos em função do atendimento de áreas mais carentes, na modernização do sistema de informações educacionais (especialmente no que diz respeito aos recursos financeiros e no cumprimento das vinculações constitucionais), na generalização do acesso ao ensino a distância. Envolve, especialmente, a articulação com a ação de Estados e municípios, que não pode, num regime democrático, ser impositiva e deve ser construída através de consultas permanentes. Essa ação não tem o impacto publicitário de um grande plano, mas é mais sólida e produz resultados mais duradouros. O problema da educação vem sendo atacado de forma consistente. Os resultados se tornarão visíveis a médio prazo.

**Eunice Ribeiro Durham, antropóloga, é secretária de Política Educacional do MEC**